

Lavagem de dinheiro está na mira da CAE

Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto de Antonio Carlos Valadares que visa tornar mais eficientes as leis de combate ao crime de lavagem de dinheiro.

Página 3

CCJ examina 200 emendas à reforma da Previdência

Comissão de Justiça retoma hoje a votação da proposta, que tem 200 destaques apresentados pelos senadores da oposição. Enquanto o líder do governo deseja agrupar propostas em torno de 15 itens, PFL e PSDB defendem exame individual

Página 5

Comissão de Orçamento debate convite a ministros

Página 3

Plenário deve votar medidas provisórias

Senadores deverão votar hoje duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão de MP que estão trancando a pauta do Plenário.

Página 3



PREVENÇÃO Campelo disse a Sarney e Mestrinho que já foram suspensos R\$ 3 bilhões para obras com indícios de irregularidades

Obras públicas irregulares somam R\$ 14 bilhões

O presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, relatório mostrando indícios de irregularidades graves em obras que somam mais de R\$ 14 bilhões.

Página 3



INVESTIMENTOS Presidido por Paulo Octávio, colegiado busca mais verbas no Orçamento

Subcomissão pede prioridade para o turismo

Os senadores que integram a Subcomissão de Turismo estiveram reunidos ontem com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, quando discutiram a proposta para o setor no Orçamento 2004. Para o próximo ano, o orçamento do turismo deve ficar em R\$ 233 milhões, sendo R\$ 46 milhões para divulgação do país no exterior, valor que é considerado pequeno pelos senadores.

Os parlamentares mostraram ao ministro que o turismo pode alavancar a geração de renda no país e destacaram o Plano Nacional de Turismo, lançado em abril pelo presidente Lula, que prevê a criação de 1,25 milhão de empregos até 2007.

A subcomissão, que é presidida por Paulo Octávio (PFL-DF), vai solicitar audiência com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, juntamente com o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, e do Planejamento para discutir o assunto.

Estiveram presentes à reunião os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), João Ribeiro (PFL-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Agenda

Plenário deve examinar medidas provisórias



Na sessão de hoje, às 14h30, duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão trancam a pauta. As medidas tratam da certificação de diamantes e de responsabilidade

civil em casos de terrorismo (MPs nºs 125/03 e 126/03, respectivamente). O projeto de conversão (PLV nº 24/03) refere-se ao programa de apoio às distribuidoras de energia.

Sarney recebe Grupo Amizade Argentino-Brasileiro

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h30 o presidente do Grupo Amizade Argentino-Brasileiro, deputado

Hugo Cettour, acompanhado do subsecretário de Assuntos Institucionais da chancelaria argentina, Marcelo Fuentes.

Na ocasião, serão tratadas as relações entre os dois países. A partir das 15h30, o senador preside os trabalhos do Plenário.

Fundef e lavagem de dinheiro em discussão na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, a partir das 9h, o projeto (PLS nº 33/03) que dispõe sobre aplicação dos recursos do Fundef na erradicação do analfabetismo, no ensino fundamental e na valorização



do magistério. Também deve ser apreciada proposta (PLS nº 209/03) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que tem o objetivo de tornar mais eficiente o combate aos crimes de lavagem de dinheiro no país.

CCJ vota destaques à reforma da Previdência

Em reunião marcada para as 14h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar

hoje destaques de emendas à reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Foram apresentadas 200

emendas ao texto acolhido na última semana. O relator da matéria é Tião Viana (PT-AC).

Subcomissão da Amazônia

A partir das 10h, a Subcomissão da Amazônia estará reunida para votar requerimento do seu presidente, senador Jefferson Péres, que solicita a convocação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele deverá falar sobre o Tratado de Cooperação Amazônica e suas implicações diretas e indiretas para o desenvolvimento da região. A subcomissão é vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



CPI define novo calendário

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, a partir das 14h, reunião administrativa, a fim de definir o calendário dos trabalhos para o próximo mês. A comissão, presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), investiga o envio irregular de divisas ao exterior, por meio de contas CC-5.

CMO analisa auditorias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) inicia às 14h30 o exame de requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Também na pauta, as contas do governo federal, Ministério Público da União, tribunais superiores, Câmara dos Deputados e Senado.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PROPOSTA Para Ana Júlia, iniciativa do Executivo beneficia os trabalhadores informais

Ana Júlia quer inclusão social dos camelôs

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que a criação de um banco múltiplo para atender às populações de baixa renda, prevista na Medida Provisória nº 121/2003, será importante para a inclusão social de uma enorme massa de trabalhadores informais, principalmente os camelôs. Ela citou artigo do advogado e sociólogo Roberto Santos, da Universidade Federal do Pará, publicado no jornal *O Liberal*, sobre a importância do camelô na economia. Ana Júlia disse que a população carente brasileira é de mais de 100 milhões de pessoas, o que equivale a 25 milhões de famílias. Ela lembrou que a reforma da Previdência, em processo de análise e votação pelo Senado, propõe, no parágrafo 12 do artigo 201, que "lei complementar disporá sobre o sistema especial da inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição". Ana Júlia destacou que, para cerca de 30 milhões de contribuintes da Previdência, há cerca de 41 milhões de não contribuintes. – Desses, 18,7 milhões têm condições de contribuir, enquanto os outros 22 milhões estão excluídos, seja por falta de idade (menores de 16 anos), por falta de renda (ganham menos do que um mínimo), seja por idade avançada (mais de 59 anos). Esses números, segundo a senadora, ressaltam a importância da medida provisória.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ORÇAMENTO



PROTEÇÃO Campelo (E) disse a Sarney e Mestrinho que bloqueio das verbas é necessário para não aumentar o prejuízo ao erário

TCU entrega relatório com obras irregulares

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, relatório com mais de 400 auditorias realizadas pelo tribunal, constatando indícios de irregularidades graves em obras que somam cerca de R\$ 14 bilhões em dotações orçamentárias previstas para 2003. Entre os problemas identificados pelas auditorias estão superfaturamento, malversação e editais viciados.

Cópia do relatório também foi entregue ao senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista de

Orçamento, à qual compete analisar a documentação e decidir sobre o bloqueio dos recursos. Segundo Campelo, o TCU já suspendeu preventivamente R\$ 3 bilhões referentes às obras com problemas.

Valmir Campelo informou que uma em cada cinco obras apresenta indícios de irregularidades, que chegam a ser consideradas "gravíssimas" em 88 casos, como as dos metrô de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. O ministro destacou que interromper a liberação de verbas é necessário para não aumentar o prejuízo ao erário.

Comissão estuda convites a seis ministros de Estado

Está marcada para as 14h30 de hoje reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) em que devem ser votados seis requerimentos de convite a ministros de Estado e um de realização de audiência pública para debater o modelo de elaboração de projetos de lei orçamentária.

A reunião, sob a presidência do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), cuidará também do exame de pedidos de créditos suplementares no orçamento e de 23 relatórios de au-

ditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Serão ainda analisados pelos senadores e deputados da CMO dois pedidos de liberação de créditos suplementares, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O primeiro vai favorecer os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e Turismo, no valor total de R\$ 27,214 milhões. O segundo servirá para cumprir Operações Oficiais de Crédito, no montante de R\$ 376,673 milhões.

CAE debate hoje medidas contra lavagem de dinheiro

Projeto do senador Antonio Carlos Valadares deve ser votado na reunião marcada para as 9h

Projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que sugere mudança na lei para tornar mais eficientes as medidas de teor penal visando ao combate dos crimes de lavagem de dinheiro, deverá ser analisado pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em reunião às 9h de hoje. A matéria (PLS nº 209/2003), que só tem caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde ainda será apreciada, recebeu voto favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Valadares lista, na proposição, novos delitos que poderão ser tipificados como antecedentes à prática do crime de la-



ESFORÇO Projeto de Valadares facilita quebra de sigilo bancário durante a investigação

vagem de dinheiro, como o financiamento do crime de terrorismo, a contravenção penal, o tráfico de seres humanos, o lenocínio e os crimes contra a ordem tributária.

Ele também quer tornar mais fácil a quebra do sigilo bancário de pessoas sob investigação, retirando da lei a obrigatoriedade de autorização judicial para cada novo suspeito ou envolvido da operação que surgir

no curso da apuração. As informações de quebra de sigilo deverão ser, segundo Valadares, "completas, inteligíveis e analíticas".

Da pauta da reunião também constam dois projetos relativos aos fundos federais. O Projeto de Lei nº 310/2001, do senador Magno Malta (PL-ES), define nova condição para o repasse de recursos no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública. E o Projeto nº 33/2003, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), trata da aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no combate ao analfabetismo.

Os senadores da CAE ainda votam mensagem do Executivo para contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 27,5 milhões, de principal, entre a prefeitura de Porto Alegre (RS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

MPs bloqueiam a pauta do Plenário

Em sessão plenária hoje, os senadores terão de votar duas medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei de conversão, que estão trancando a pauta, para que as demais matérias sejam analisadas. Se a pauta for liberada, o Plenário poderá votar o Projeto de Lei da Câmara nº 58/2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens.

A primeira medida que consta da ordem do dia (MP nº 125/2003) institui, no Brasil, o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos. A segunda (MP nº 126/2003) estabelece que a União assume as responsabilidades civis perante terceiros no

caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as de táxi aéreo. Já o Projeto de Lei de Conversão nº 24/2003 trata da criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.

Também estão previstos para a sessão de hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2003, que altera a legislação sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para permitir que municípios e estados possam com-

putar a matrícula dos alunos especiais em instituições privadas sem fins lucrativos para recebimento dos recursos do Fundef, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 393/2003, que aprova o texto do acordo sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia em lançamentos a partir do Centro de Alcântara (MA), celebrado em janeiro último.

Consta ainda da ordem do dia o Projeto de Resolução nº 40/2003, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de US\$ 100 milhões com o Banco Mundial, destinada a financiar parcialmente o Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids.



CPI do Banestado vota requerimentos de novas convocações

A CPI do Banestado, que apura denúncias de evasão de divisas do país por meio de contas CC-5, realizará reunião administrativa às 14h de hoje para analisar requerimentos de convocação de depoentes, solicitação de informações e realização de novas diligências.

Na última semana, a partir de sugestões do relator, deputado José Mentor (PT-SP), a CPI criou oito sub-

comissões para investigar os vários casos de remessa ilegal de dólares. Elas poderão fazer diligências e terão 20 dias para concluir os trabalhos.

Serão feitas investigações no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Foz do Iguaçu (PR), São José do Rio Preto (SP) e Campinas (SP), além de Montevidéu, no Uruguai. A CPI também criou a subco-

missão de consolidação de propostas legislativas sobre câmbio e trânsito de capitais no país.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – foto –, propôs, juntamente com o relator, a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão. Antero alegou que a grande quantidade de informações recolhidas exigiria mais tempo de investigação, a fim

de que seja possível indicar os nomes dos responsáveis.

A CPI investiga a remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das contas CC-5, destinadas a brasileiros que vivem fora do país e para empresas com sede no exterior. A evasão teria ocorrido entre 1996 e 2002 e envolveria entre 100 e 200 pessoas, segundo já foi apurado.

Mesquita Júnior condena MP da soja transgênica

“Medida é de má inspiração, péssima repercussão e efeitos sabidamente nocivos”, adverte senador

O senador Geraldo Mesquita Júnior (AC), do PSB, partido da base do governo, lamentou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tenha cedido “a corporações poderosas e a agricultores atrasados” ao editar a medida provisória (MP) que libera o plantio de soja transgênica neste ano. Por isso e por convicções políticas pessoais e de seu partido, ele não votará a favor da MP.

– Essa medida é de má inspiração, de péssima repercussão e de efeitos sabidamente nocivos para a sociedade brasileira.



ATROPELO Mesquita Júnior diz que a MP violenta política de proteção ao meio ambiente

Mesquita Júnior fez um relato de todos os atos legais envolvendo a soja transgênica no Brasil, lendo inclusive partes do processo em que a empresa Monsanto pedia autorização, em setembro de 1998, à Comis-

são Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), do Ministério da Ciência e Tecnologia, para cultivar experimentalmente a soja transgênica, por apenas 90 dias. Depois disso, a soja se espalhou de forma pirateada pelo Rio Grande do Sul. Lembrou que apoiou o presidente Lula no ano passado, quando assinou MP autorizando a comercialização, neste ano, da soja plantada no final do governo passado, pois o governo assumiu com o fato já consumado. No entanto, ele discorda da afirmação do vice-presidente da República, José Alencar, de que o governo “foi atropelado” pelos fatos.

– É o governo que acaba de atropelar o país com essa inoportuna medida que agride o bom senso, violenta a política de proteção ao meio ambiente e agrava a insegurança jurídica.

Alvaro Dias questiona José Genoíno

Depois de ler da tribuna trechos de um discurso de 21 de maio de 1999 do então deputado do PT José Genoíno, hoje presidente nacional do partido, quando criticou a liberação pelo governo do plantio de soja transgênica pela empresa Monsanto, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou “que até neste assunto” o PT mudou de lado.

– Genoíno disse que os petistas responsabilizariam criminalmente o governo Fernando Henrique Cardoso por esse delito grave. E agora, José Genoíno, quem o PT vai responsabilizar criminalmente?

Para Alvaro Dias, na “seqüência de erros” em que se transformou a medida provisória

que liberou o plantio de soja transgênica na semana passada, só não tem culpa o vice-presidente José Alencar, que a assinou “muito constrangido”.

– Se o vice José Alencar tivesse lido as declarações do deputado José Genoíno, teria evitado todo este desgaste e constrangimento imposto à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Em todos os assuntos, o posicionamento do PT pós-eleições presidenciais é o contrário de tudo que defendia. É como se estivessem a dizer: esqueçam o que li, o que defendi, o que assinei, o que jurei defender – acrescentou.

Alvaro comentou ainda a crítica feita pelo ex-presidente da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC) Sérgio Ferreira, que taxou de “marketing vagabundo” o plano de alfabetização do governo federal. Ele lembrou que Ferreira sempre foi aliado do PT.

O senador lamentou que a reforma tributária encaminhada ao Senado seja “um arremedo de reforma, que não reforma coisa alguma, mas deforma” o sistema tributário.

– A reforma do PT simplesmente quer arrecadar mais e gastar menos – disse.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que “há muito estardalhaço” sobre os transgênicos. afirmou que a insulina, usada por quem sofre de diabetes, “tem um componente de transgenia”.

Papaléo cobra do governo retomada do crescimento

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou preocupação com a possibilidade de o desempenho ruim da economia afastar a esperança da população na retomada do desenvolvimento.

– As ações do Poder Executivo devem ser no sentido de atender os anseios da sociedade, afinal o voto foi pela mudança pregada ao longo de

muitos anos e que agora precisa ser executada de forma concreta e não falaciosa – disse.

Informações citadas pelo senador apontam para a retração da economia e para o aumento do custo de vida.

– Hoje o que vemos é a cada dia o comprometimento do poder aquisitivo do cidadão. Isso vem ocorrendo ao longo de décadas, e muito tem se falado e



PREOCUPAÇÃO Papaléo Paes teme que a população perca esperança no desenvolvimento

pouco tem sido feito para mudar essa situação, embora sempre haja explicações para as mais diversas situações.

Amir Lando compara Lula a Simón Bolívar e José Martí

O senador Amir Lando (PMDB-RO) comparou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dois heróis da libertação da América Latina, Simón Bolívar e José Martí. afirmou que “o Brasil ainda não se deu conta, mas o mundo está observando” a nova política externa brasileira, “assentada na verdade, na franqueza e na simplicidade”.

Integrante da comitiva brasileira na visita a Cuba, Lando afirmou que o discurso do presidente Lula surpreende por querer “buscar o equilíbrio sem predominâncias, para buscar a paz mundial”. Segundo o parlamentar, Lula “segue a senda dos grandes na América Latina”, como o venezuelano Simón Bolívar (cujas lutas contra os espanhóis resultaram na independência de Bolívia, Panamá, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), para quem era necessário se libertar para depois se unir, e José Martí (herói da independência cubana), que contrariou a Doutrina Monroe (“a América para os americanos”) ao afirmar a necessidade de uma América para a Humanidade.

O senador ressaltou que foram assinados tratados de cooperação recíproca. Segundo ele, Cuba tem abertura para um comércio preferencial com o Brasil. E lembrou que o presidente Fidel Castro convidou empresários brasileiros a investirem naquele país.



Agripino diz que viagem não trouxe benefícios para o Brasil

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, na semana passada, aos Estados Unidos, México e Cuba, não trouxe nenhum benefício para o Brasil. Ele afirmou que a visita aos Estados Unidos gerou complicações, no México, na melhor das hipóteses, o país não obteve ganho algum e a estada do presidente em Cuba confundiu a posição brasileira sobre os direitos humanos.

Citando matéria publicada na edição de domingo do jornal *O Globo*, intitulada “Críticas de Lula causam polêmica nos EUA”, Agripino observou que o presidente brasileiro deveria ter agido como negociador, conciliador e agregador ao discursar no Conselho de Relações Exteriores.

No México, prosseguiu Agripino, além de ter se envolvido em “discussões estereis” sobre o Conselho de Segurança da ONU, Lula recebeu o principal líder da esquerda daquele país, Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática. Em Cuba, segundo Agripino, a situação foi oposta. O coordenador do Movimento Cristão Libertação, Oswaldo Payá, não foi recebido para tratar da questão dos direitos humanos no país.



Serys rebate críticas sobre a ocupação de cargo comissionado

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) expôs levantamento sobre a ocupação de cargos comissionados na administração pública federal para rebater as críticas da oposição quanto ao “aparelhamento” do Estado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Em resposta à acusação de que o serviço público federal estaria sendo loteado entre integrantes do Partido dos Trabalhadores, a parlamentar informou ontem que, até junho, o governo Lula havia operado substituições em apenas 9.063 dos 35.564 cargos de alto escalão.

Serys explicou que o percentual de nomeações aumenta nos cargos que demandam maior grau de confiança, o que “não poderia ser diferente, é claro”. Desse modo, das 51 vagas em Cargos de Natureza Especial (NES), a gestão petista preencheu 46 (90%), enquanto procedeu a nomeações de 150 (88,57%) dos 169 cargos de Direção e Assessoramento Superior 6 (DAS 6).

Ainda com base em dados publicados pelo *Correio da Cidadania*, a senadora petista observou que a equipe técnica nomeada pelo presidente Lula tem nível de escolaridade ligeiramente mais elevado que o do governo anterior.



Gercido Magêlo



DEFINIÇÃO Lobão (E), presidente da CCJ, Mercadante, Renan e Romero Jucá, indicado pelo PMDB para ser o relator da proposta

Lobão indicará relator das mudanças tributárias

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), aguardará o desfecho de uma reunião dos líderes partidários, na busca de consenso, antes de anunciar hoje o nome do relator da proposta de reforma tributária na CCJ.

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, partido com maior bancada no Senado, indicou Romero Jucá (PMDB-RR) para a tarefa. Ele argumenta que as duas outras grandes bancadas já possuem relatorias de reformas importantes – a da Previdência, com o PT, e a do Judiciário, com o PFL.

Renan disse ainda que as discussões da reforma devem refletir um clima de entendimento entre governo e oposição.

– O relator vai levar em consideração o que o governo defende, mas deverá propor um texto que mude o país e diminua a carga tributária na produção – assinalou.

O PFL, que chegou a pleitear a relatoria, aceita que a incumbência fique com o PMDB, mas colocou condições para fechar o acordo com o governo. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), também se mostrou favorável a que a relatoria fique com o PMDB.

Comissão debate efeitos da proposta na comunicação

A Comissão de Educação (CE) realizará audiência pública amanhã, às 10h, para debater o impacto da reforma tributária no setor de comunicação. A reunião será conjunta com a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, e realizada a partir de requerimento dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), Hélio Costa (PMDB-MG), Roberto Saturnino (PT-RJ), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Marco Maciel (PFL-PE), Jorge Bornhausen

(PFL-SC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

São oito os convidados para participar da audiência: representantes das associações nacionais de jornais (ANJ), de TVs por assinatura (Abta), de revistas (Aner), de Emissoras de Rádio e TV (Abert), do Fórum pela Democratização da Comunicação, da União Nacional de Emissoras e Redes de TV, e das federações de Jornalistas (Fenaj) e dos Trabalhadores em Rádio e TV.

CCJ vota hoje destaques à reforma da Previdência

■ Sistemática de votação já divide governistas e opositoristas para a reunião que começa às 14h

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retomam hoje, às 14h, a votação do relatório do senador Tião Viana (PT-AC) sobre a reforma da Previdência Social. Na última reunião da comissão, o relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 que preservou o texto oriundo da Câmara dos Deputados foi aprovado, sem a inclusão de qualquer uma das emendas sugeridas. Ficou pendente a votação de 200 destaques solicitados pelos senadores de partidos da oposição.

A sistemática para a votação na reunião desta semana já di-



Waldemir Rodrigues

VOTOS Viana disse que governo quer na CCJ só a análise da constitucionalidade do projeto

vide governistas e opositoristas. Por um lado, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), considera que os destaques devem ser reunidos em cerca de 15 grupos, de acordo com o tema a que se dedicam as emendas. Assim, as emendas que tratam do sub-
to das aposentadorias nos es-

tados seriam votadas em conjunto, assim como aquelas que tratam de regras de transição para a implantação da reforma.

Por outro lado, os senadores do PFL e do PSDB querem que os 200 destaques sejam votados individualmente, o que poderia retardar a votação final do relatório de Tião Viana na CCJ e seu envio para votação em dois turnos no Plenário. O relator admitiu ontem mudanças ainda na CCJ, mas reafirmou que o governo estaria disposto a negociar quatro pontos da reforma quando ela chegar ao Plenário (veja reportagem abaixo).

Na reunião de quarta-feira passada, diversos senadores apresentaram votos em separado, como alternativa ao relatório do senador Tião Viana. A estratégia da oposição fez com que os debates se estendessem por mais de dez horas e só terminassem às 6h da manhã seguinte.

Viana já admite alterar o texto ainda na comissão

O senador Tião Viana, relator da proposta de reforma da Previdência, admitiu que o texto pode ser alterado ainda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante a votação dos 200 destaques apresentados pelos senadores, hoje à tarde. Tião Viana disse que as negociações com os partidos de oposição podem levar a uma votação mais célere da proposta.

– Podemos ter uma ou outra mudança até o momento da votação. Estamos tentando um grande acordo – afirmou Tião Viana.

O relator ressaltou ainda que há possibilidade de mudanças em relação a quatro pontos da reforma previdenciária: os valores dos subtotos salariais nos estados, a eliminação da cobrança de inativos em condições especiais (aposentadoria por invalidez), o controle social da Previdência e a instituição de regras de transição para os atuais servidores.

Tião Viana previu que a reunião da CCJ poderá ter 15 “grandes votações”. Os temas constantes das emendas dos senadores seriam agrupados, para facilitar a votação. Mas o líder do PFL, José Agripino

(RN), acha difícil que se trabalhe dessa forma.

– É pouco provável que se avaliem 200 emendas em apenas um dia – afirmou Agripino.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a opinião dos estados será fundamental para definir a postura da base governista.

– Faremos uma consulta. Só sustentaremos em Plenário mudanças pactuadas com os governadores – frisou Mercadante, que participa hoje de manhã de reunião com os chefes de governos.



Rosairel Pinheiro

EMENDA Simon informou que relator Tião Viana pode apoiar a sua mudança no projeto

Simon quer incluir trabalhador sem carteira assinada

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu apoio à sua emenda à proposta de reforma da Previdência, que assegura sistema especial de inclusão previdenciária aos trabalhadores de baixa renda, com alíquota e tempo de contribuição inferiores aos vigentes para os demais segurados do Regime Geral de Previdência Social.

Segundo o senador, a inten-

ção de sua emenda é garantir que também os trabalhadores de baixa renda do setor informal urbano sejam habilitados a receber aposentadoria por idade e outros benefícios.

– Diz o relator Tião Viana (PT-AC) que aprovará a minha emenda. Espero que realmente ela seja aprovada. Pelo que vi até agora, este seria o único item a assegurar uma distribui-

ção social dos recursos da Previdência. É a única emenda que vai dizer que nessa reforma os excluídos tiveram um item, tiveram uma lembrança, uma garantia de que passarão a ser incluídos – observou Pedro Simon.

O senador informou, citando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001, que existem 18,7 milhões

de brasileiros sem cobertura previdenciária.

Em aparte, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) manifestaram seu apoio à emenda de Simon. Antonio Carlos lamentou que a reforma esteja tramitando sem que os parlamentares possam dispor de mais tempo para sua apreciação.



TRADIÇÃO Garibaldi Alves recordou os principais fatos históricos da cidade de Mossoró

Mossoró faz festa pelo Dia da Abolição

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comemorou com um discurso o dia 30 de setembro, data em que, no ano de 1883, a escravidão foi extinta na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, cinco anos antes da Lei Áurea.

– Teremos nesta terça-feira (*hoje*) um feriado em Mossoró que nos enche de orgulho, porque a cidade foi pioneira na abolição – disse o senador.

Garibaldi afirmou que, no dia 6 de janeiro de 1883, foi criada a Sociedade Libertadora Mossoroense por Romualdo Lopes Galvão, Joaquim Bezerra da Costa, Paulo Loureiro de Albuquerque e Frederico Antônio de Carvalho, entre outros. Mossoró contava então com 86 escravos. No dia 30 de setembro, narrou Garibaldi, a cidade amanheceu coberta de folhas de carnaúba e bandeiras de papel coloridas.

O senador acrescentou que Mossoró tem uma história heróica, como a da resistência ao bando de Lampião e a da luta pelo voto feminino, fato também registrado, em aparte, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

■ Estatuto do Torcedor e diversos processos judiciais contra dirigentes foram citados pelo senador

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou ontem, em Plenário, os desdobramentos no âmbito judiciário das investigações concluídas pela comissão parlamentar de inquérito (CPI), por ele presidida, que investigou irregularidades nos clubes e associações de futebol. Para o parlamentar, as providências que vêm sendo tomadas pelo Ministério Público comprovam que a CPI – que atuou no Senado entre 2000 e 2001 – “não terminou em pizza”.

O senador afirmou que a descrença geral da população com a política e, em especial, com o Poder Legislativo, advém em parte do fato de não serem devidamente divulgados os resul-



PAPÉL Para Alvaro Dias, CPI investigou e cumpriu o dever de propor soluções

tados dos trabalhos das CPIs, “um dos instrumentos mais poderosos na tarefa de fiscalizar”. Lembrou de algumas CPIs que “mudaram o país”, como a do caso Collor-PC Farias (que acabou no *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992) e a do Orçamento (que cassou o mandato de diversos parlamentares por ma-

nipularem o Orçamento da União, em 1993).

Alvaro Dias lamentou que poucos tenham lembrado que o Estatuto do Torcedor, sancionado no primeiro semestre pelo presidente Lula, é uma proposição da CPI do Futebol. A Lei de Responsabilidade Social para o Desporto Nacional, feita por grupo de trabalho proposto pela CPI, também já foi sancionada, acrescentou.

– A CPI investigou e cumpriu o dever da proposição – afirmou o parlamentar.

Investigações

O representante paranaense relatou diversas ações tomadas pelo Ministério Público, a maioria relacionada em correspondência enviada a seu gabinete pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. No Rio de Janeiro, foram denunci-

ados o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e outros dirigentes da entidade, por simulação de contratos de câmbio. Esse processo se encontra trancado por *habeas corpus*.

O senador citou ainda dois processos administrativos, por operações cambiais irregulares, contra o Internacional e o Grêmio; e a instauração de inquérito policial por suspeita de sonegação fiscal e evasão de divisas contra o presidente, à época, do Botafogo, Carlos Augusto Montenegro, e outros dirigentes. Além disso, ações fiscais contra os dirigentes do clube apuraram crédito tributário de mais de R\$ 5 milhões, em imposto de renda retido na fonte, e R\$ 445 milhões referentes ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS).

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que o povo estava esperando o anúncio desses resultados.

Senado Galeria abre exposição e lança vídeo

Amanhã, a partir das 11h, a Senado Galeria (espaço de exposições no corredor que dá acesso ao Anexo I) será sede de dois eventos: a abertura da exposição institucional do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), e o lançamento do vídeo *Histórias do Brasil*, que tem episódios baseados no livro *Aos Trancos e Barrancos*, do antropólogo e ex-senador Darcy Ribeiro. Os eventos fazem parte das comemorações

dos 180 anos do Congresso Nacional.

Na mostra institucional, vão estar expostas as iniciativas do Senado na área de capacitação profissional, formal ou a distância, do corpo técnico da Casa. O ILB foi criado em 1997, por iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, enquanto a Unilegis foi criada em 15 de janeiro de 2001 e deve formar neste ano a primeira turma em nível de pós-graduação.

O ILB e a Unilegis têm uma

série de convênios assinados para treinamento de recursos humanos com outros órgãos, como o Banco Central, o Tribunal de Contas da União, assembleias legislativas e universidades públicas. Os dois órgãos do Senado utilizam tecnologia de ponta como instrumento de ensino, principalmente a distância, por meio da Internet e de aulas em vídeo.

O vídeo que será lançado faz parte de uma minissérie com dez episódios de cinco minutos

cada sobre eventos marcantes ocorridos no Brasil na virada do século 19 para o século 20. Entre os temas abordados, estão a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e a Revolta da Vacina.

– O vídeo demonstra a intenção do ILB de preservar a memória da história brasileira em imagens, usando o material como conteúdo pedagógico – afirma o diretor do vídeo, Jimi Figueiredo, roteirista e responsável pelo setor no ILB.

Falecimento de ex-prefeito de Jaru recebe voto de pesar

O Plenário aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Jaru (RO) Sidney Rodrigues Guerra. O requerimento foi apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) – *foto*.

Ao justificar o requerimento, ele destacou que, além de prefeito, Sidney Guerra foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia. Raupp ressaltou que se tratava de “um eminente homem público”.

Raupp informou que Sidney Guerra, falecido no último domingo, passara mal quando viajava de Jaru para Porto Velho, onde seria homenageado durante as comemorações dos 20 anos do Poder Legislativo.



Roosevelt Pinheiro

Senado lamenta morte do prefeito de Carmolândia

O Senado encaminhará voto de pesar pelo falecimento do prefeito de Carmolândia (TO), Severino de Góis Holanda. Ele morreu domingo passado, vítima de acidente automobilístico. A manifestação da Casa foi requerida pelos três senadores do Tocantins – Eduardo Siqueira Campos (PSDB), João Ribeiro (PFL) – *foto* – e Leomar Quintanilha (PFL).

No encaminhamento do requerimento, Eduardo lembrou que conversou com o prefeito na madrugada do dia do acidente, durante encontros políticos.



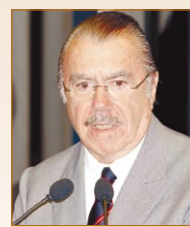
Jane de Araújo

Sarney homenageia o banqueiro Pedro Conde

Envio de voto de pesar pela morte do banqueiro Pedro Conde, ocorrida ontem, foi aprovado pelos senadores. O requerimento é de iniciativa do presidente do Senado, José Sarney (*foto*).

Sarney saudou, no requerimento, o homem que “tanto se distinguiu no mundo financeiro do país”. Ele afirmou que a vida de Pedro Conde foi “um exemplo de trabalho e dedicação, o que o fez ocupar lugar de destaque no meio bancário, tendo sido construtor de grandes organizações que marcaram o setor”.

O presidente do Senado também disse que a morte de Conde deixa “lacuna irreparável nas classes produtoras brasileiras, pela figura de realce que ele foi”.



Roosevelt Pinheiro

Geraldo Magalhães



CONSOLIDAÇÃO Eduardo defendeu proposta durante encontro de presidentes de Legislativos do Mercosul

Brasil propõe Parlamento do Mercosul

A criação de um Parlamento do Mercosul foi o principal tema do 1º Encontro de Presidentes dos Poderes Legislativos dos Países do Mercosul. O evento, que ocorreu na semana passada em Montevideu, no Uruguai, contou com a presença do 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que representou o presidente da Casa, senador José Sarney.

Eduardo defendeu o fortalecimento do Mercosul como requisito para a integração dos países do Cone Sul à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

– Sem a consolidação do bloco entraremos na Alca somente com o nosso mercado de

consumidores – disse o senador à Rádio Senado.

O parlamentar brasileiro leu, no encontro, discurso de Sarney lembrando o início do processo de integração entre os países latino-americanos, quando, há 18 anos, foi assinada a Ata de Foz do Iguaçu, entre os então presidentes Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina. No discurso, Sarney também defendeu a criação do Parlamento do Mercosul, tido por ele como o "único instrumento capaz de representar o bloco econômico".

A tese, no entanto, não foi inteiramente aceita pelos representantes de outros países. Para o presidente do Congresso uru-

guaio, Luiz Herrero López, "muitas arestas ainda precisam ser aparadas". Seu colega paraguaio, Carlos Matteo Balmeri, disse que "é preciso evitar a criação precipitada de instâncias no âmbito do Mercosul que não estejam sustentadas pela vontade política de seus sócios". O vice-presidente do Congresso argentino confirmou a necessidade do parlamento comum, mas lembrou que os desafios da região não podem esperar pela criação dessa instância.

Na próxima quinta-feira, a comissão se reúne para discutir o anteprojeto da representação brasileira que propõe a criação do Parlamento do Mercosul.

Tratado Amazônico gera discussão

A Subcomissão Permanente da Amazônia deve votar hoje, a partir das 10h, requerimento do seu presidente, senador Jefferson Péres (PDT-AM), convidando o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para uma audiência. Ele deverá falar ao colegiado sobre o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) e suas implicações diretas e indiretas para a região.

Jefferson argumenta que a

Amazônia, por ser uma região possuidora de biodiversidade sem igual, "desperta especial interesse em todos, particularmente em face de qualquer proposta para a implantação ou alteração de projetos de cooperação que tenham por escopo o progresso regional".

Conforme o senador, "está prestes a sair do papel, mais uma vez, depois de mais de duas décadas em estado letár-

gico", o Pacto Amazônico, assinado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em julho de 1978. O acordo tem por objetivo promover o desenvolvimento regional e o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Capiberibe cobra transparência fiscal

Roosevelt Pinheiro



URGÊNCIA Capiberibe defende imediato recolhimento de impostos pelo comerciante

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem maior transparência na arrecadação e nos gastos públicos. Ele sugere a discriminação, nas notas fiscais, dos valores dos impostos.

Para Capiberibe, a colocação dos valores dos produtos e dos impostos de forma separada é o melhor caminho para tornar mais transparentes os impos-

tos cobrados da sociedade. O parlamentar também defende o depósito imediato, pelo dono da loja, dos valores dos impostos na conta das secretarias de Fazenda e da União.

– Hoje, o dono da loja cobra o imposto junto, o contribuinte não sabe quanto paga e o lojista tem vários dias para transferir o dinheiro para a Fazenda estadual ou federal – disse.

Comissão vota regras para armas estratégicas

Projeto disciplina importação e exportação de bens usados em áreas nuclear e química

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá votar na quinta-feira substitutivo do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) ao projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que disciplina os procedimentos relativos à transferência, importação e exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados a tais bens (PLS nº 310/95). São considerados bens sensíveis os de uso nas áreas nuclear, química e biológica.

Também em decisão terminativa, a CRE deve examinar outro substitutivo, desta vez de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ao projeto do então senador Moreira Mendes que permite a concessão de visto temporário, pelo prazo máximo de 90 dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil (PLS 3/02). A



José Cruz

PUNIÇÃO Substituto de Crivella prevê medidas para conter comércio ilegal

CRE, presidida pelo senador Eduardo Suplicy, vota ainda projeto de resolução de autoria do próprio colegiado, de nº 37/2003, que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil.

Consta ainda da pauta do colegiado o parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) favorável ao projeto de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) que institui a obrigação do ensino da disciplina Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (PLS nº 281/2003).

Antonio Carlos quer apoio aos produtores de cacau

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou que está pedindo aos ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Casa Civil, José Dirceu, a destinação de dinheiro do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) para ser usado na garantia de empréstimos em favor dos produtores de cacau da Bahia. Em companhia do senador César Borges (PFL-BA), Antonio Carlos disse que esteve na semana passada com Roberto Rodrigues, que viu com simpatia a solução proposta, assim como o próprio líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

ACM calcula que R\$ 6 milhões serão suficientes para garantir a produção e a consolidação dos avanços técnicos obtidos no controle da doença



Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA Recurso do FNE pode garantir crédito aos agricultores, defende Antonio Carlos

chamada "vassoura-de-bruxa". Antonio Carlos sugere também que o Banco do Nordeste participe do financiamento aos produtores de cacau. O senador afirmou ainda que a burocracia do Banco do Brasil tem dificultado o acesso ao crédito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera.

Maria do Carmo exalta política do idoso em Sergipe

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) participou, ontem, do lançamento da Política Estadual do Idoso, em Sergipe. Ela discursou na abertura do seminário sobre o tema, lembrando que o Senado aprovou na semana passada o Estatuto do Idoso. A senadora afirmou que o estado se encontra em sintonia com as aspirações populares.

– A política estadual do idoso norteará as diversas ações que o governo sergipano realizará neste e nos próximos anos, sendo a linha mestra para o trabalho de inclusão e valorização da terceira idade – destacou.

Maria do Carmo cumprimentou, pela iniciativa, o governador João Alves Filho (PFL) e o secretário de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e Trabalho, José Alves do Nascimento. A senadora lembrou a atenção dada à terceira idade pelo governador, que, em sua gestão anterior, havia criado o Conselho Estadual do Idoso, no qual ela atuou como presidente.

Segundo informou, o estado mantém o Disque-Idoso, fone 0800-790500, que funciona das 7h às 13h, e o SOS Idoso, fone (79) 3179-2671, que atende até as 17h.



Suplicy elogia tese defendida pelo médico Tião Viana

A aprovação da tese de doutorado defendida pelo líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), no núcleo de Medicina Tropical da Universidade de Brasília (UnB), foi elogiada ontem, em Plenário, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto.

O senador disse ter testemunhado o “brilhantismo” da apresentação de Tião Viana em defesa que durou quatro horas e lhe rendeu aprovação por unanimidade. A tese é intitulada *Estudo sorológico das hepatites B e delta na população de 12 municípios do estado do Acre*.

Em apartes, Pedro Simon (PMDB-RS), Mão Santa (PMDB-PI), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e João Capiberibe (PSB-AP) exaltaram o trabalho de Tião Viana.

Transferência de renda

Suplicy também registrou a realização, hoje, de reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os 27 governadores, quando será discutida a coordenação, racionalização e unificação dos programas de transferência de renda.



Mão Santa critica baixo salário dos profissionais de medicina

O baixo nível salarial dos médicos brasileiros foi criticada ontem, no Plenário, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), com base em uma carta publicada pelo jornal *Diário de Natal*, assinada pelo médico Paulo Ezequiel, que aponta uma desvalorização dos proventos da categoria em 308% nos últimos nove anos. O parlamentar também lamentou “o tratamento que o poder público tem dado aos médicos, tanto no plano federal como no estadual e no municipal”.

– Mais do que uma reclamação, é uma seriíssima denúncia do ponto a que chegaram os médicos, quando parte dos quais se encontra à beira da insolvência financeira – disse o senador.

Mão Santa defendeu os colegas de profissão citando a Bíblia. Ele lembrou que, além do apóstolo São Lucas, que era médico, o próprio Jesus Cristo atuou como médico ao operar os milagres.

– No episódio em que a visão foi devolvida ao cego, Cristo foi oftalmologista; ao curar um surdo-mudo, foi otorrinolaringologista, e foi até mesmo um grande psiquiatra, ao tratar a grande massa como um especialista em medicina psicossomática – disse.



Plano de saúde poderá cobrir remoção de órgão

■ Se aprovada, proposta deverá contribuir para aumentar o número de doações no país, prevê o relator

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve examinar na reunião desta quinta-feira, a partir da 10h, parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) sobre o projeto de lei de autoria do então senador Carlos Bezerra que obriga os planos de saúde a arcarem com despesas referentes a cirurgia de remoção e transporte de órgãos destinados a transplantes.

Para Demostenes, a aprovação da matéria trará maior agilidade ao processo de remoção de órgãos, aumentando, dessa forma, o número de doações. Ele apresentou emenda ao projeto (nº PLS nº 75/02) estabele-



RAPIDEZ Para Demostenes, medida trará mais agilidade às cirurgias para remoção

cendo que a amplitude da cobertura pelos planos de saúde será definida por normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Passes livre

A CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), discute, na mesma reunião, o PLS nº 134/00, de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que inclui o período de estágio na contagem do

tempo de serviço para a aposentadoria.

Também está na pauta proposta (PLS nº 32/02) do então senador Lauro Campos que prevê a concessão de passe livre, nos vôos comerciais interestaduais, às pessoas portadoras de deficiência comprovadamente carente.

A comissão também deve deliberar sobre o PLS nº 145/02, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que trata da profissão de agente comunitário de saúde, bem como o do então senador Francelino Pereira (PLS nº 57/02) instituindo a profissão de artesão.

Outro projeto na pauta da comissão é o PLS nº 85/02, do senador Tião Viana (PT-AC), que inclui os portadores de vírus das hepatites crônicas e de fibrose cística entre os beneficiários da distribuição gratuita de medicamentos.

Serys destaca importância do carvão vegetal

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) relatou ontem, em Plenário, a visita de comitiva da Frente Parlamentar Agenda 21, na última sexta-feira, a Minas Gerais. O grupo conheceu o Projeto Mineiro, que trabalha exclusivamente com carvão vegetal na produção de ferro-gusa, técnica que oferece como ganho ambiental a conservação do solo e dos recursos hídricos.

De acordo com Serys, cada tonelada de ferro-gusa produzido com carvão mineral, bastante usado no mundo, resulta na emissão de 1,9 tonelada de dióxido de carbono (CO₂). Esse

gás concorre para a intensificação do efeito-estufa, fenômeno que leva ao aumento da temperatura na superfície da Terra e pode causar mudanças climáticas com repercussões graves para a Humanidade, como a ocorrência de secas e enchentes e a elevação do nível do mar.

Em contrapartida, como o processamento do minério a partir do carvão vegetal propicia o aumento da cobertura vegetal, as árvores que fornecem o combustível também tratam de resgatar 1,1 tonelada de gás carbônico a mais da atmosfera. “Assim, quando há a substituição de carvão mineral pelo

vegetal, há um ganho ambiental real de 3 por 1, ou seja, três toneladas de CO₂ deixam de ser agregadas à atmosfera.”

De acordo com Serys, organismos internacionais estimam que o mercado de crédito de carbono pode chegar a US\$ 10 bilhões anuais e o Brasil é um dos países que oferece melhores condições de receber boa parte desses recursos. Por estar também entre os dez maiores emissores mundiais de gases que provocam o efeito-estufa, o país deveria tratar de implementar, na sua opinião, uma política de incremento do reflorestamento.

Apoio a deficiente será debatido em audiência

Na reunião de amanhã, marcada para as 18h, a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais vai discutir o planejamento financeiro e organizacional de cada ministério para programas e projetos de atenção aos deficientes. Para prestar esclarecimentos sobre o tema, foi convidado o diretor do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Pla-

nejamento, Paulo Daniel Barreto Lima.

De acordo com censo feito em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 14,5% da população brasileira são portadores de alguma deficiência, razão por que o presidente da subcomissão, senador Flávio Arns (PT-PR), defende mais recursos federais para atender a essa camada da população.



REFORÇO Flávio Arns cobra mais verba federal para atender a portadores de deficiência

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Serys Slhessarenko